

MOÇÃO SECTORIAL

Pela Defesa do Transporte Público

Se há matéria onde os Municípios devem ter um papel activo, essa é a do planeamento das redes de transportes, e na prossecução do interesse público da oferta de transportes existentes.

Todos sabemos que o automóvel, é, sem dúvida alguma, um dos grandes símbolos do século XX e do consumo das massas. Os seus benefícios incidem, fundamentalmente sobre duas das dimensões fundamentais da nossa experiência: espaço e tempo.

Viajando até mais longe e mais rapidamente, de forma autónoma, o homem moderno passou a deslocar-se preferencialmente sobre rodas. E foi esquecendo o meio envolvente.

É neste contexto que o automóvel começa a revelar-se surpreendentemente uma incomodidade, tanto em termos económicos como ambientais. O trânsito, a sinistralidade, a poluição (sonora, atmosférica ou visual) e o próprio espaço que a sua presença e utilização exigem no serviço ao cidadão individual estão a torná-lo insustentável.

É, também, por estes motivos que as novas concepções de políticas dos transportes para o espaço urbano começam a apontar para mudanças de fundo nos padrões de mobilidade.

Como é que os cidadãos, utilizadores diários do automóvel, percebem esta mudança? E os jovens, com todas as suas especificidades e necessidades próprias?

Qual a sua consciência dos problemas gerados pelo uso quotidiano e indiscriminado do automóvel e quais as suas atitudes perante as mudanças que se anunciam?

Que políticas têm sido implementadas que visem incentivar o abandono do automóvel e a opção por formas alternativas de transporte?

Na Área Metropolitana de Lisboa começam a surgir medidas, ainda que desconexas e pouco integradas, que encaram o automóvel como uma fonte de problemas, dando um maior destaque à promoção do uso do transporte público.

Também por força dos compromissos assumidos a nível europeu e internacional, começam, também, a surgir medidas penalizadoras do uso do automóvel e de incitamento a um maior recurso a formas alternativas de transporte individual e colectivo.

Nesta matéria, os jovens estão muito atentos aos novos paradigmas, e, simultaneamente, preocupados com os problemas que afectam a sua capacidade de mobilidade.

Na Área Metropolitana de Lisboa, esta questão é central. E decisiva.

Para além do eixo ferroviário (Linha de Cascais e Linha de Sintra), constata-se o caos na utilização de transportes públicos nas manchas urbanas limítrofes de Lisboa, onde reside o grosso da população da Área Metropolitana de Lisboa.

Mais do que a deslocação das periferias para a capital, a preocupação dos jovens está hoje centrada nos acessos intramunicipais e intermunicipais.

Nos últimos anos, a distância temporal entre Cascais e Lisboa ou entre Mafra e Lisboa ou, mesmo, entre Sintra e Lisboa, reduziu-se ferozmente. Mas é hoje tão complicada uma deslocação entre Mafra

e Sintra ou entre Cascais e Sintra como o era há dez anos atrás. Talvez até pior. Depois, o problema das ligações internas, dentro das Freguesias. O problema das concessões é aqui, uma questão decisiva.

Um comboio com 8 carruagens transporta o equivalente em pessoas a 6 Km de fila da Autoestrada de Cascais, e este é só um exemplo do impacto que pode ter o incremento e potenciação da rede de transportes públicos.

É fundamental a rentabilização dos investimentos feitos, nomeadamente na rede de metropolitano e de comboio, o que só se consegue com uma maior regulação por parte do Estado, necessária para se dar uma resposta cabal às necessidades de melhoria de serviço.

Defendemos a negociação das concessões dadas a empresas privadas nos municípios de Sintra, Cascais e Mafra, dando privilégio a uma maior cobertura, seja em termos de percursos, seja em termos de horários, dando cumprimento ao desígnio maior que é o de conferir o verdadeiro serviço público.

Queremos uma maior articulação entre Freguesias e nas conexões entre concelhos – é incompreensível que se leve mais tempo a ir de Lisboa para Cascais do que de São Marcos ao Cacém, ou da Ericeira a São João das Lampas.

Queremos uma aposta clara na Linha do Oeste, em termos de infraestrutura, de frequência e qualidade das composições, já que o seu estado tem incentivando indirectamente o transporte individual.

Queremos garantias de um bom serviço aos utentes, uma maior e melhor articulação entre os diferentes modos de transporte, uma bilhética com um preço justo e adequada ao utilizador diário e ao utilizador ocasional.

Queremos que a rede pública de transportes dê uma resposta cabal às necessidades específicas da população juvenil, no que tange às soluções que garantam a sua deslocação em horário escolar, e fora de horas, permitindo que quem não seja auto-mobilizado (ou que opte pela utilização da rede de transportes) possa mover-se com qualidade e segurança.

Em súmula, defendemos os seguintes princípios orientadores:

- 1. A rápida inversão da tendência de precedência da circulação automóvel em detrimento de outros modos de mobilidade;**
- 2. Incremento de acções que tendam a libertar espaço para o uso do transporte público;**
- 3. Maior operacionalização das Interfaces junto a estações de caminho de ferro, metro, e terminais rodoviários, permitindo uma maior articulação entre os diferentes modos de transporte;**
- 4. Contínua aposta na modernização da rede de transportes, aumento da oferta existente, concertação e alargamento dos horários;**
- 5. Expansão de corredores BUS e construção de ciclovias e de percursos cicláveis.**

Porque os desafios da Área Metropolitana de Lisboa passam por uma aposta clara na melhoria da rede de transportes públicos e de modos alternativos de transporte.

Porque a aposta na rede de transportes públicos e de modos alternativos de transporte é, também, uma aposta na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Cascais, 30 de Janeiro de 2010

Subscritores:

Bruno Tavares – 83385
Ana Luísa Silvas Martins – 94319
Renato Alves Dos Santos – 103814
João Alexandre Fonseca Lapa Fortes Rocha – 86987
Ana Margarida Franco Bastos – 94318
Filipe Dias Barroso – 73176
Lara Sofia Fernandes Guerreiro – 69265
Pedro Alexandre de Oliveira Brás – 90401
Filipa Alexandra Coelho Do Couto – 87681
Daniel De Jesus Paredes De Almeida - 86235
Ana Gil da Costa - 104270
Miguel De Oliveira Pires Costa Matos – 102997
Ana Paula Teixeira Santiago – 60269
Gonçalo Sotto Mayor Santos – 104247
João Filipe dos Santos Temudo - 104679